

Administração Marítima e CE envolvem-se num aparente litígio

por Jorge Morais

N. 9/3/93

Ao longo da orla marítima da cidade da Beira há zonas que, anos atrás, estavam interditas aos banhistas, por constituírem um perigo para a própria vida das pessoas. Referimo-nos a zonas com «poços» de remoinhos e de outros perigos, as quais não estão devidamente assinaladas ou simplesmente, a partir de uma certa altura, os sinais de proibição desapareceram e ninguém mais se preocupou em recolocá-los.

Fala-se ainda de certas zonas das praias da Beira, que eventualmente têm águas contaminadas e que do mesmo modo podem constituir outro perigo para a saúde pública, nomeadamente zonas dos banhistas e aquelas em que se pesca, constando que tenham sido realizados exames laboratoriais para o apuramento desta presunção.

Numa medida tendente ao apuramento da veracidade destas indicações a nossa Reportagem na Beira contactou a Administração Marítima desta urbe, na pessoa do seu administrador, pois é este organismo que, segundo consta, se afirma ser o responsável pelo controlo de infrações e manutenção da segurança ao longo de toda a orla marítima, que compreende a capital de Sofala.

No referido contacto, aquele administrador não nos forneceu qualquer tipo de informação a respeito, alegando não ter conhecimento de possíveis análises laboratoriais que tenham sido ou que estejam a ser feitas a partir das águas do mar para a detecção de possível contaminação das águas das praias da Beira, aconselhando-nos, de seguida, a contactar o sector do Conselho Executivo responsável pela defesa das praias.

Contactada a Brigada de Manutenção de Praias e Estradas desta urbe transpareceu-nos, da conversa que estabelecemos com uma fonte idónea e oficial do sector, a qual pediu-nos o anonimato, haver um aparente litígio e

disputa no controlo, manutenção e administração de toda a orla marítima que compreende a cidade da Beira, conforme algumas declarações da nossa fonte o provam.

Para a reposição das zonas das praias susceptíveis de produzirem vários perigos, nomeadamente nas áreas consideradas perigosas para os banhistas, a fonte do «Notícias» sustentou ser imprescindível fazer-se um estudo sério, visando a definição exacta das áreas em referência «sem lesar a ninguém enquanto que organismo, com responsabilidades específicas nesta componente».

«Digo isto, porque neste momento há uma disputa enorme entre o Conselho Executivo e a Administração Marítima de Sofala, sobre quem deve arrendar parcelas na zona da orla para efeitos turísticos, quem deve controlar o abate dos mangais até mesmo questões ligadas com os aspectos financeiros, visando o suporte dos encargos de manutenção da duna» — declarou aquele elemento à nossa Reportagem. Depois de referir que «mesmo que o Conselho Executivo assinale as zonas interditas aos amantes da praia entre outras emendas, temos a certeza absoluta de que entraremos em choque com a Administração Marítima». Sublinhou o facto de ser o CE quem, até este momento, está a proceder à manutenção da duna, defendendo por outro lado, que «tudo o que diga respeito à manutenção da orla, sinalização das praias, venda de areia, controlo dos mangais, deve ser da responsabilidade do CE», cabendo à Administração

Marítima a tarefa de administrar a orla.

ENQUANTO ISTO A DEGRADAÇÃO NÃO PARA

Todavia e enquanto não se encontra uma saída para o conflito entre as partes envolvidas, os danos que estão a ser causados à orla são cada vez maiores, além de terem já sido registados casos de mortes de pessoas, ocorridas exactamente em zonas das praias tidas como sendo perigosas, nomeadamente na faixa a partir da zona do «Grande Hotel» até junto ao pavilhão «Oceana».

«O que não é justo é que outros não continuem a beneficiar de receitas cujos montantes não são utilizados para fins comuns», criticou o nosso interlocutor, ajuntando o facto de se ter perdido já muito tempo com essa disputa de palavras, «esquecendo-se as pessoas da velocidade de degradação que a orla está a tomar, além do factor humano que também está a contribuir sobremaneira na destruição deste importante património».

A propósito, ele citou o exemplo concreto de alguns automobilistas

arrogantes nacionais e estrangeiros, que, violando as regras mais elementares do código de postura, estacionam diariamente os seus veículos, de todo o tipo de tonelagem, galgando extensas áreas das praias da Beira, nomeadamente a zona da ex-Praça da Índia, próximo da residência do Governador desta província.

Há outras informações segundo as quais, a Administração Marítima credenciou pescadores artesanais a praticarem esta actividade em qualquer zona da orla marítima, sem contudo manter o devido controlo sobre possíveis violações das normas. Por exemplo, estes fundaram uma espécie de posto de venda de peixe permanente na zona junto do Hospital Central da Beira, onde destruíram já uma extensa área de pequenos arbustos e plantas rasteiras típicas das praias, as quais constituem aquilo que se chama de «crista da duna».

Soubemos ainda de uma fonte fidedigna que a Administração Marítima está a alugar parcelas às pessoas ao longo da orla, para fins que não foram informados. Sabe-se no entanto que a orla marítima da Beira está reservada exclusivamente para efeitos turísticos.